

ROSANA DE VIVEIROS BARBOSA



**AS ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

O panorama e uma análise do material didático

BELO HORIZONTE

2014

ROSANA DE VIVEIROS BARBOSA

**AS ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

O panorama e uma análise do material didático

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais.

Orientadora: Professora Gabriela Maria Garzon

BELO HORIZONTE

2014

ROSANA DE VIVEIROS BARBOSA

AS ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

O panorama e uma análise do material didático

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais.

Orientador(a): Professora Gabriela Maria Garzon – EBA/UFMG

Fabiana Munaier

BELO HORIZONTE

2014

Ao meu companheiro Bruno e meus filhos Emanuel e Hana, família que tanto amo, pela inspiração e compreensão nos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas oportunidades que vem colocando em minha vida, pela saúde, força e trabalho;

Aos meus filhotes queridos, Hana e Emanuel que me dão luz e alegria para rumar em busca de novas experiências/vivências, minha fonte de energia;

Ao meu companheiro Bruno por estar ao meu lado compartilhando as lutas, momentos de sorrisos e de dificuldades, na primavera, no verão, no outono e no inverno;

Aos meus pais, José Antônio e Judite, meu alicerce, amparo, segurança, presentes em cada momento;

Ao Ensino público, que mesmo com suas deficiências, foi o sistema responsável pela minha formação acadêmica;

À professora Dolores Belico, que orientou grande parte deste trabalho, pela paciência e compreensão;

À professora Gabriela Garzon que contribui orientando a finalização deste trabalho;

Às Tutoras à distância pela presteza, atenção e agilidade nos atendimentos;

À Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete, pelo fornecimento de informações imprescindíveis à pesquisa;

Aos arte-educadores que deram sua contribuição, com o preenchimento dos questionários e/ou com depoimentos sobre seu trabalho;

Às escolas que abriram suas portas e nos permitiram investigar o ensino da Arte em seu espaço.

RESUMO

A presente pesquisa representa um Panorama básico do Ensino de Artes Visuais nas escolas estaduais vinculadas à Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete, no âmbito da formação dos professores de Arte e do material didático, partindo da análise e reflexão das leis, resoluções e proposta curricular estadual, associada à pesquisa de campo nas instituições. Além disso, há uma busca por alternativas que acresçam ao trabalho do professor, de novas possibilidades de trabalho, através de discussões com os mesmos. Dentro de um sistema falho e burocrático, um cenário labiríntico, repleto de incertezas e surpresas, onde as transformações são contínuas, porém brandas. Quarenta e cinco escolas com realidades distintas, cada uma num contexto e com particularidades na política educacional. Desse mesmo modo, cada educador apresenta desempenho e resultados diversificados no processo de ensino da Arte, buscando, à sua maneira, levar o aluno a ter contato com a Arte. Muitos são os questionamentos a respeito deste ensino, mas poucas são as respostas e várias foram as surpresas deparadas nas escolas durante pesquisa de campo.

Palavras-chave: Arte-educação. Leis. Material didático. Professores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – DVDs arte na Escola.....	20
Figura 2 – DVDs arte na Escola.....	20
Figura 3 – Mapa da Superintendência Regional de Conselheiro Lafaiete	22
Figura 4 – Livros de referência para os arte-educadores.....	32
Figura 5 – Processo de criação na escola “A”	35
Figura 6 – Resultado do trabalho	36
Figura 7 – Criação dos alunos da escola “C”	37
Figura 8 – Criação dos alunos da escola “C”	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Escolas por Rede	22
---	----

LISTA SIGLAS

CBC – Currículo Básico Comum

CRV – Centro de Referência Virtual

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB – Lei de Diretrizes Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SEE – Secretaria de Estado da Educação

SRE – Superintendência Regional de Educação

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Um cenário sinuoso	12
1.1. Material didático	17
2. Universo da pesquisa.....	21
2.1. Espaço e Contexto.....	21
2.2. O ensino de Arte no contexto das Escolas Estaduais de Conselheiro Lafaiete	23
2.3. O ator que está em cena.....	26
3. Uma luz no fim do túnel	28
3.1. Análise do Material didático	29
3.2. Algumas práticas educacionais.....	35
Considerações finais.....	40
Referências.....	42
ANEXO A – Relação de Escolas Estaduais vinculadas à SRE de Conselheiro Lafaiete	44
ANEXO B – Questionário: O Ensino de Arte na Escola Estadual	47

Introdução

A presente pesquisa aborda o atual panorama do ensino das Artes Visuais nas escolas estaduais subordinadas à Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete. Estabelecendo uma análise deste ensino no âmbito da diversidade de formação dos professores de Arte e do material didático disponível para as aulas de arte, assim como o aproveitamento deste nas atividades arte-educativas.

Objetiva-se, também, sugerir propostas que possam agregar novas possibilidades de ensino das artes visuais embasadas na legislação vigente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo Básico Comum (CBC).

Neste íterim, a fim de propiciar uma reflexão contextualizada e ancorada na legislação pertinente, como supracitado, pretende-se examinar os Parâmetros Curriculares Nacionais para o conteúdo Arte, analisando e posicionando diante das habilidades e competências elencadas pelo MEC para serem alcançadas na área de Artes Visuais.

Pretende-se, também, realizar uma pesquisa de campo acompanhando diretamente o trabalho de um grupo de professores de escolas estaduais. Isto se dará com a finalidade de perceber sua metodologia de ensino; verificar os materiais/recursos didáticos disponíveis na escola, assim como a procedência das atividades de Artes Visuais e os resultados a partir delas obtidos no decorrer das aulas; bem como conhecer os anseios e inquietações dos educadores no que se refere ao processo de ensino-aprendizado.

Esta pesquisa busca, além de analisar a atual situação da Arte educação na regional, investigar alternativas que possam acrescentar ao trabalho do arte educador, enriquecendo sua atuação em sala de aula e o aprendizado dos educandos.

Assim, mesmo sem chegar a respostas definitivas, objetiva-se instigar os professores a conhecerem novas propostas e a refletirem sobre a prática cotidiana na sala de aula; compreendendo a necessidade de se estar, também, em constante processo de formação e aprendizagem.

Como é sabido, a regional conta com um número reduzido de professores com formação específica em Arte, atuando na rede, portanto torna-se ainda mais

imprescindível que estes estejam em constante processo de formação através cursos e oficinas ministradas por profissionais capacitados.

1. Um cenário sinuoso

O ensino da arte no Brasil tem passado por processos variados, ao longo dos tempos, sofrendo transformações pertinentes ao contexto e realidade atuais, onde dois documentos assumem posições de destaque neste cenário, devido à importância dos mesmos para o fortalecimento do caminho da arte-educação.

Primeiramente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996, no artigo 26, parágrafo 2º, estabelece que: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (LDB nº 9.394).

Nesse mesmo sentido, surge o segundo documento, elaborado com a contribuição de arte-educadores de todo o país: os Parâmetros Curriculares Nacionais que são um suporte pedagógico oriundo do Ministério da Educação.

Foram constituídos a partir de estudos e discussões sobre dois aspectos básicos desta área de conhecimento: a natureza e a abrangência da educação de arte e as práticas educativas e estéticas que vêm ocorrendo principalmente na escola brasileira (Brasil, 1998, p.15).

Com este, busca-se não apenas a estruturação de um ensino de arte que possa ser desenvolvido nos quatro cantos do Brasil, mas também “fundamentar, evidenciar e expor princípios e orientações para os professores, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, como também à compreensão da arte como manifestação humana” (BRASIL, 1998, p.15).

Um ponto importante a ser observado: considerando as reivindicações de vários arte-educadores, modificou-se a nomenclatura da disciplina, que de Educação Artística passa a se chamar Arte. No mesmo sentido, também passa a ser reconhecida como área de conhecimento com conteúdos próprios ligados a cultura artística e não mais como meras atividades pedagógicas.

Sendo assim, é indubitável a importância dos documentos supracitados no processo evolutivo e de consolidação da Arte no currículo escolar. Ainda que não tenha atingido a máxima almejada pelos profissionais do ramo, representa um passo importante na consolidação do ensino das linguagens artísticas no ambiente escolar.

Passeando pela história do ensino da Arte, verificamos que a LDB de 1971 propunha um ensino de Arte muito aquém de seu valor, uma proposta tecnicista, como exigia o contexto da ditadura que vigorava no país, além de não ter caráter obrigatório. Na atual conjuntura, a terminologia deste componente curricular passou a ser Arte. O que mudou não foi apenas a denominação, mas a forma de concepção das linguagens na escola, a definição da postura e das atribuições dos professores de Arte.

Contudo, a Arte continua à margem dos componentes curriculares tidos como mais “nobres”. Como citado nos PCN’s “esse lugar menos privilegiado corresponde ao desconhecimento, em termos pedagógicos, de como se trabalhar o poder da imagem, do som, do movimento e da percepção estética como fontes de conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 26).

Pelo menos em teoria, foram mudanças significativas para a arte-educação. A introdução da Arte nos currículos como componente obrigatório foi de suma importância para a sustentação legal da prática e na concepção desta área de conhecimento com sua importância na formação do cidadão.

No entanto, o resultado dessa proposição foi contraditório e paradoxal. Muitos professores não estavam habilitados e, menos ainda, preparados para o domínio de várias linguagens, que deveriam ser incluídas no conjunto das atividades artísticas (Artes Plásticas, Educação Musical, Artes Cênicas) (BRASIL, 1998, p.26).

Pela proposta idealizada, o imaginado seria que as escolas possuíssem professores especialistas para cada linguagem, mas a realidade contradiz e o dilema da polivalência que vem acompanhando o professor de Arte há anos, perdura.

Não obstante, como reflexo da escassez de profissionais licenciados para o ofício do ensino de Arte, muitos dos professores que estão nas salas de aulas

deste componente, são pedagogos, licenciados em outras áreas, artistas sem os conhecimentos didáticos necessários ou outra situação.

A determinação das leis sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei 10.639/2003), assim como do ensino da Música (Lei 11.769/2008), por exemplo, gera a necessidade de mais uma formação para o professor, ou pelo menos de um conhecimento a mais. Ao mesmo tempo em que abre um leque para o desenvolvimento cultural e artístico dos alunos, a ausência de profissionais com pleno domínio sobre as linguagens anula o potencial de uma Lei.

Para que a Arte conquiste de fato seu espaço no ambiente escolar, é necessário maior investimento por parte dos órgãos competentes, no sentido de formar um número suficiente de professores, que contemplem as diversas linguagens artísticas, para ocupar, efetivamente, as salas de aulas de Arte, da Educação Básica, com práticas significativas e que façam sentido para o aluno. A formação supracitada refere-se tanto a graduação quanto a formação continuada.

Contudo, por motivos compreensíveis, a desmotivação é fator comum entre os educadores. No caso, do professorado de Arte esse sentimento é ainda maior por vários motivos, como a carga horária reduzida. Para completar um cargo o professor precisa de muitas turmas, com isso são muitos diários e um imenso número de alunos, sendo impossível, sequer memorizar o nome dos alunos; dificuldade para desenvolver todas as linguagens da proposta curricular; dentre outros.

Para que a prática educativa aconteça de forma articulada, além da especialização do professor, é necessário que as ações pedagógicas sejam bem planejadas, organizadas e com objetivos bem definidos, além de conhecimentos, tanto em relação à arte, quanto de seu ensino.

A arte-educação brasileira apesar de ser considerada subdesenvolvida, para Ana Mae, que discorda dessa alocação, há um pensamento próprio, um sistema bem desenvolvido, onde “dialogamos com o pós-modernismo ou ultramodernismo e sistematizamos nosso próprio sistema com a Proposta Triangular, inspirada em múltiplas experiências estudadas em diferentes lugares” (BARBOSA, 2004, p. 57).

A atual proposta de ensino de Arte não se pauta na intenção de formar artistas, mas de instigar o interesse dos alunos pela apreciação da Arte,

desenvolver o senso crítico, a aguçar os sentidos, desenvolver a sensibilidade, o conhecimento e o respeito à diversidade cultural, através da experimentação, da reflexão sobre o contexto e da apreciação, conforme abordado por Ana Mae Barbosa.

Voltando-se para o nível estadual, verifica-se, ao estudar a Proposta Curricular para o ensino de Arte de Minas Gerais (CBC), que há conformidade entre este documento e os parâmetros nacionais, guardando características próprias da realidade educacional do estado em questão. Ambos os documentos propõem o desenvolvimento de cinco linguagens artísticas: Teatro; Música, que se tornou obrigatório a partir da Lei nº 11.769/2008; Dança; Artes Visuais; e Artes Audiovisuais. Este último, resguardado ao currículo do Ensino Médio.

Estabelecendo “*os conhecimentos, as competências e habilidades a serem adquiridos ou desenvolvidos pelos alunos na educação básica*”, o CBC de Arte expressa os aspectos fundamentais deste Componente curricular, o conteúdo básico, como expresso no próprio título, porém não esgota os assuntos a serem abordados, deixando espaço para o professor introduzir conteúdos que julgar pertinentes, autonomamente.

Notam-se, no CBC, duas incoerências em relação à realidade observada nas escolas. Primeiramente quando cita a carga horária de 40 horas/aula em cada série, totalizando 160 horas para a aprendizagem artística durante o percurso do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, conforme mencionado na introdução do CBC. No entanto, na realidade das escolas, essa carga horária pode não ser cumprida.

De acordo com o serviço de inspeção escolar da SRE, isso se deve ao fato de a LDB, quando dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de arte em todos os níveis de ensino, não especificar se deveria ser, ou não, contemplada em todos os anos. “*O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos*” (LDB, 1996, art. 26, parágrafo 2º). Sendo assim, a lei é cumprida conforme é compreendida.

A segunda incoerência trata da questão do desenvolvimento das diversas linguagens artísticas, quando, ainda na introdução, diz que “*para cada uma delas, é necessário um professor especialista e condições mínimas de infra-estrutura*

para que seu ensino seja significativo” (CBC de Arte para o Ensino Fundamental, 2005, Pag. 11).

A atual legislação estadual não impede a escola de contratar um professor para cada área, porém, ela tem um limite de professores a serem contratados de acordo com seu quadro (número de turmas/alunos). No entanto, infelizmente, quando há a possibilidade de contratar mais professores, dificilmente seria para este conteúdo, até mesmo pelo reduzido número de aulas destinadas à Arte.

Diante disso, o professor contratado para desenvolver as aulas de arte é o responsável pelo desenvolvimento de todas as linguagens artísticas propostas. Sendo assim, realça-se a ineficácia de um sistema educacional frágil, imaturo e necessitado de mudanças urgentes e drásticas, principalmente em relação ao ensino artístico.

Contudo, o CBC de Arte não se ancora na essência da polivalência. Apesar de orientar o desenvolvimento das diversas linguagens artísticas, lembra que “é preferível que o aluno tenha um ensino consistente em duas ou três áreas de expressão, que um ensino deficitário em todas” (CBC de Arte para o Ensino Fundamental, 2005, p.21).

De acordo com pesquisa de campo, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, com o intuito de assegurar a todos os alunos a consistência no aprendizado, promove encontros entre os professores da rede, onde todos tem a oportunidade de trocar experiências com colegas de profissão. Além de ofertar cursos gratuitos pela Magistra, que é uma Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, criada em 2011, com o objetivo de promover a formação e a “capacitação” dos profissionais da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Não obstante, mantém o Centro de Referência virtual do Professor (CRV), que é um site onde se encontram várias orientações didáticas, roteiros de atividades, a proposta curricular, fórum de discussões, sistema de troca de recursos didáticos, textos etc., ou seja, um suporte ao trabalho do professor, principalmente para aqueles que não têm a formação específica.

O CRV é um portal educacional da Secretaria de Estado de educação de Minas Gerais, cujo objetivo é oferecer *“recursos de apoio ao professor para*

*planejamento, execução e avaliação de suas atividades de Ensino*¹. Com a lacuna do livro didático, este é um dos principais recursos/suportes disponibilizados pelo estado mineiro, para o desenvolvimento das aulas de Arte.

1.1 - Material Didático

Quando se fala em material didático, logo vem à mente o livro didático, no entanto, no caso do Ensino da Arte, apesar de ser um rico instrumento, nem sempre é o mais indicado. Não que ele deva ser dispensado, mas há outros recursos que podem ser explorados, de acordo com a realidade da turma e da forma de trabalhar do professor.

Como afirma o professor Geraldo Loyola, o Ensino de arte é dinâmico, portanto nem sempre é passível de um impresso que é fixo. Para cada realidade é preciso um determinado material.

Os recursos didáticos nem sempre funcionam como uma receita passo a passo e nem sempre é o material mais indicado para que determinadas atividades sejam desenvolvidas. Mesmo os programas oficiais de avaliação de material didático no país, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC) que garante a distribuição de livros didáticos para os alunos das escolas públicas, não inclui material didático para o ensino de artes Visuais. Também não indica materiais de apoio para o professor nem possui uma política que financia a elaboração desses materiais, por parte dos professores. (LOYOLA, 2011, p. 1).

Ao analisar as abordagens do Ensino de Arte nos segmentos públicos, percebe-se que a Proposta Triangular, sistematizada por Ana Mae Barbosa, tem destaque, possivelmente seja a mais difundida no Brasil. Esta se baseia no conhecimento do contexto histórico, no fazer artístico e na ciência da leitura de uma obra de arte, não importando a ordem das ações, contando que sejam abordadas e entendidas na perspectiva de construção de conhecimento acerca do objeto estudado (BARBOSA, 1998).

¹ Centro de Referência Virtual do Professor (CRV). Institucional - Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/index2.aspx? Acesso em: 19 set. 2013.

Para o desenvolvimento das três ações básicas propostas pela Abordagem Triangular, ver, fazer e contextualizar, não existe uma hierarquia, o arte-educador, traçando seus objetivos e o planejamento, adequa a ordem das ações buscando melhor aproveitamento das aulas e significância dos conteúdos ao aluno. Não é um sistema fechado, rígido, pelo contrário, conforme explicitado pela própria Ana Mae, em palestra², é apenas uma enunciação de três processos importantes para a aprendizagem e organização da mente em relação ao aprendido.

Para que o arte-educador permeie essa tríade, principalmente no caso das Artes Visuais, é necessário que haja recursos/materiais que o auxiliem no processo ensino/aprendizagem. Não necessariamente o livro, mas algo que instigue seu pensamento, que estimule sua criatividade, desperte a curiosidade, provoque estímulos e interesse em conhecer a obra em questão.

O professor deve escolher conteúdos e procedimentos que proporcionem ao aluno construir habilidades tanto para criar o próprio trabalho quanto para apreciar e analisar a produção dos colegas, a produção de arte local e a do patrimônio artístico em geral, estabelecendo relações com a história da arte, com proposições de correntes estéticas diversas e com a produção dos artistas (LOYOLA, 2011, p. 2).

Ainda que, o ensino de arte nas escolas não objetive a formação de artistas, mas como postula a LDB de 1996, deve contribuir para o desenvolvimento cultural dos alunos. Sendo assim, o professor, ao desenvolver uma atividade de leitura de imagem, por exemplo, não deve realiza-la superficialmente apenas, classificando-a bonita ou feia. A leitura, inclusive, deve ir além da análise dos elementos estruturais da composição da obra. Como alega Loyola (2011), é preciso pensar e abordar também o espaço no qual acontece a aula ou a exposição da proposta estética.

Enquanto área de conhecimento é preciso proporcionar ao alunado conhecimentos artísticos, ir além do desenvolvimento motor, da criatividade ou livre expressão. Não que estes não sejam possíveis, mas poderão ser consequências e não objetivos do Ensino de Arte dentro da escola.

É percebido um distanciamento muito grande entre os alunos da rede estadual e os conteúdos de Arte apresentados em sala de aula, como se a arte

² Palestra proferida no Seminário de Conclusão de Curso Arteduca, edição 2006. Disponível em: <<http://www.arteduca.unb.br/galeria/videos/palestra-ana-mae-barbosa/>> Acesso em: 06 out. 2013.

fizesse parte de mundo muito distante da realidade dos alunos. Sendo assim, percebe-se a importância de levar para a sala de aula o máximo possível de elementos que aproximem esta linguagem da realidade dos alunos.

Lanier Sugere também que se adotem concepções de currículo ou materiais que reflita também a natureza e estética próprias do aluno, que reflitam a sua cultura e propõe abordagens de temas como a cultura popular, o artesanato e o uso de tecnologias contemporâneas. Partindo do que o aluno já conhece, do que é comum para ele e do que ele aprecia em arte, pode-se estimulá-lo a descobrir, explorar e experimentar alternativas em artes Visuais. Nesse sentido, o ensino de artes Visuais ganha autonomia e possibilidade de alargamento do campo do conhecimento e da qualidade das experiências estéticas e visuais dos alunos (LOYOLA, 2011, p.4).

Com tudo isso, percebe que a adequação do material didático deve ser realizada pelo professor de acordo com seu alunado. Essa ação poderá garantir a eficácia do mesmo. Não existe um material específico que possa ser definido como melhor e mais eficiente, ou pior. Como diz Loyola (2011) “até mesmo uma nuvem pode servir de material didático para o ensino de arte” depende da forma como o professor aproveita o elemento para despertar a sensibilidade do aluno, da maneira como conduz o trabalho.

O Estado diretamente não fornece livro didático, no entanto, o MEC, através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é responsável por transferir recursos financeiros para auxiliar o funcionamento da educação básica da rede pública no Brasil³ e por meio de seus vários programas como PNBE - Plano Nacional Biblioteca da Escola e PNLN – Plano Nacional do Livro Didático supre as escolas com materiais didáticos diversos para todos os níveis de Ensino e conteúdos disciplinares.

Vale considerar também que como a equipe gestora da escola tem autonomia para direcionar os investimentos da verba recebida, com um planejamento prévio, o professor pode acordar com os diretores as possibilidades de aquisição de determinados materiais que auxiliem o desenvolvimento das atividades artísticas com os alunos.

³ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-apresentacao>
Acesso em: 01 out. 2013.

O instituto Arte na Escola, em convênio com o Ministério da Educação, desenvolveu o projeto “DVD Escola”, onde foram preparadas mil caixas especiais com uma seleção de trinta títulos e seus respectivos materiais educativos, em parceria com a TV Escola e o Sesc TV e distribuídos pelo MEC às escolas públicas de educação básica de todo Brasil, como informado pelo próprio Instituto.

Figura 1- DVDs Arte na Escola⁴



Figura 2 – DVDs Arte na Escola⁵



Fonte: Arte na Escola. Disponível em: http://artenaescola.org.br/uploads/imagens/institucional/materiais_educativos.jpg. Acesso em: 03 de jan. 2013.

Fonte: Autoria própria

Os materiais educativos acima citados referem-se aos encartes com sinopse do conteúdo tratado e orientações/explicações para o trabalho em sala de aula, partindo dos DVD's.

Percebe-se que, ainda que não haja uma política de investimento em materiais/recursos para o Ensino de Arte, muitas escolas possuem materiais disponíveis que podem estar sendo, ou não, aproveitados pelos arte-educadores.

Em tese, a garantia de materiais didáticos para Arte não garante a eficácia do ensino. Com certeza é um grande aliado, mas a forma como o professor utiliza esses recursos é crucial no processo de desenvolvimento do aprendizado Artístico. Ou seja, a formação do professor pode exercer influência determinante no resultado das aulas de Arte.

⁴ Kit de DVDs, apresentado pelo site do Instituto Arte na escola.

⁵ DVDs encontrados em determinada escola da SRE de Conselheiro Lafaiete.

Focando o aperfeiçoamento profissional do professor, o MEC, através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), supre as bibliotecas escolares com periódicos e obras de referência para os professores da educação básica.

Após aprovação das obras, o Ministério da Educação publica o Guia de livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O Guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.⁶

É fundamental que o professorado tenha conhecimento dessa oportunidade de escolha e que tenha participação na mesma, buscando selecionar livros úteis ao seu trabalho junto ao alunos.

2. Universo da pesquisa

A pesquisa em questão desenvolveu-se nas escolas estaduais da cidade de Conselheiro Lafaiete e de municípios adjacentes, em que as instituições de ensino são vinculadas à SRE - Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete e atendem alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

O contato com as instituições foi realizado sob duas formas: via e-mail, que busca abranger o maior número possível de escolas e através de visitas aos estabelecimentos. Para este último, foram selecionadas, aleatoriamente, dez escolas para a investigação, junto ao professor de Arte e equipe gestora, dos recursos e materiais didáticos existentes na escola, caso existam, e como são aproveitados.

Além disso, foram examinadas as propostas educacionais provindas dos sistemas regentes e discutida a aplicabilidade das mesmas no contexto de cada instituição de Ensino.

2.1 – Espaço e contexto

⁶ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article acesso em: 28 de out. 2013.

A principal parceira no desenvolvimento deste trabalho foi a SRE de Conselheiro Lafaiete, que forneceu vários dados e informações imprescindíveis à evolução deste trabalho.

Esta abrange 18 municípios do Estado de Minas Gerais, contabilizando 45 escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental, de um total de 60 escolas estaduais vinculadas à Superintendência Regional de Lafaiete. Tendo em vista que cada escola, na maioria dos casos, possui apenas um professor para o Componente Curricular Arte, e que ainda, alguns professores lecionam em mais de uma escola, será considerado o número aproximado de 45 professores.

Tabela 1 – Número de Escolas por Rede

Dependência	Nº de Escolas
Estadual	60
Federal	02
Municipal	166
Privada	65

Fonte: Cadastro de estabelecimentos de Ensino SEE-MG em 21/09/2013.

Figura 3 – Mapa da Superintendência Regional de Conselheiro Lafaiete



Fonte: SRE Conselheiro Lafaiete. Disponível em: <http://srelafaiete.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1343&Itemid=565> Acesso em: 22 set. 2013.

As instituições de ensino, de caráter estadual, desta jurisdição (anexo A), colaboraram com a pesquisa por meio do preenchimento do formulário (anexo B), que fora enviado diretamente aos professores das escolas. Desta relação, dez foram selecionadas, aleatoriamente, para o aprofundamento do trabalho, através das visitas realizadas com discussões junto à equipe das escolas e averiguação do material didático disponível na instituição.

As escolas estaduais seguem as propostas de ensino previstas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, resguardando a autonomia própria de cada instituição, que leva em conta as características locais, a realidade de sua clientela e a cultura da região.

Aproximando-se destas escolas, é possível perceber que, apesar de possuírem características semelhantes, são dotadas de peculiaridades. O que faz com que as práticas sejam diferenciadas, algo que funciona em uma escola pode não ter êxito em outra, por exemplo.

Os profissionais entrevistados apontam algumas características comuns a todas as escolas, ou seja: a maioria dos alunos é de uma classe social menos favorecida e praticamente sem apoio familiar, alunos desinteressados e indisciplinados com dificuldade para respeitar as regras da escola e da sociedade e alunos portadores de laudos médicos confirmando dificuldades de aprendizagem.

Com tudo isso, a equipe pedagógica da escola, precisa ir além de suas fronteiras e, de certa forma, desempenhar papel de psicólogo, assistente social e até de pai ou mãe. Mas na prática, nem sempre a equipe da escola está preparada para lidar com tais situações e o aluno procrastina no desenvolvimento da aprendizagem.

2.2 – O Ensino de Arte no contexto das escolas estaduais de Conselheiro Lafaiete

A história do Ensino de Arte nos mostra grandes transformações ocorridas com o amadurecimento das bases teóricas, principalmente nas propostas curriculares e na própria normatização do conteúdo enquanto área de conhecimento, através das resoluções e leis.

No entanto, essas mudanças não foram suficientes para garantir que o ensino de Arte ocupe sistematicamente seu lugar nas escolas. Ainda é percebida uma grande desvalorização da Arte neste campo, tanto pelo sistema regente quanto pela equipe da escola, apesar de seu reconhecimento enquanto área de conhecimento.

No Ensino de Arte no Brasil observa-se um enorme descompasso entre as práticas e a produção teórica na área, incluindo a apropriação desse conhecimento por uma parcela significativa dos professores. Tal descompasso é fruto de dificuldades de acesso a essa produção, tanto pela pequena quantidade de livros editados e divulgados sobre o assunto como pela carência de cursos de formação contínua na área (BRASIL, 1998, p.29).

Isso era fato na época da elaboração dos PCN's, em 1998, porém hoje, há um gama de publicações com foco na arte-educação, tanto material didático quanto referenciais para orientação dos docentes. Inclusive nas escolas, eles se fazem presentes, mas em muitos casos sequer são notados, sendo assim, não se pode mais abonar esse descompasso com as mesmas justificativas.

O resultado refletido na pesquisa demonstra mais falta de interesse por parte dos professores que ausência de material e/ou referencial teórico para suprir as defasagens de formação profissional.

No entanto, a presença de material didático no espaço escolar não garante, de forma alguma, a qualidade do ensino. Uma série de questões influencia no resultado final. A existência deste elemento pode ser um facilitador, mas não fator determinante.

Além disso, pode-se dizer que há bons argumentos, mas que não consolidam no dia-a-dia da sala de aula, a começar pelo próprio PCN e CBC, que propõem um ensino significativo em quatro linguagens da arte, mas que fica inviabilizado pela real situação nas escolas de hoje. Normalmente, um único professor é contratado; se ele for trabalhar com as quatro áreas propostas, estará regressando à polivalência que tantos arte-educadores lutaram para extinguir.

A lei não coíbe a contratação de um professor para cada área artística, mas com uma carga reduzida a um horário/aula por semana em uma única série, a escola fica, de certa forma, impossibilitada de fazê-la, visto o limite de seu

quadro de profissionais. Sendo assim, essa ação poderia acarretar falta de profissionais para os demais componentes curriculares.

Não obstante, a escola é muito mais cobrada pelos outros conteúdos que pelo ensino da Arte. Essa desvalorização da Arte pode tornar o trabalho do professor mais árduo e dificultoso, mas, no entanto, a luta por condições mais favoráveis deve continuar e o docente precisa desempenhar seu papel cada vez melhor, para mostrar a importância da Arte na vida dos educandos.

Nesse sentido, este estudo busca um diagnóstico amostral da relação entre professor e material/suportes didáticos, entrando nas bibliotecas das escolas pesquisadas, para investigar o acervo teórico disponível e o aproveitamento do mesmo por parte dos professores de Arte.

Averiguando o PNBE (Plano Nacional da Biblioteca da escola), descobrimos que o MEC, pensando na questão da complementação da formação do professor, na continuidade dos estudos, seja por meio de cursos ou de leituras, distribui livros de referência para professores de todos os conteúdos, com o objetivo de contribuir com os professores na elaboração dos planos de ensino e na aplicação das atividades em sala de aula.

Em 2010, houve aquisição de livros de orientação do ensino em cada disciplina da educação básica para distribuição aos professores da rede pública. O objetivo da iniciativa é o apoio pedagógico, destinado a subsidiar teórica e metodologicamente os docentes no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem nos respectivos campos disciplinares, áreas de conhecimento e etapas/modalidades da educação básica⁷.

De acordo com a SRE, a logística de envio dos livros do PNBE é toda desenvolvida pelo próprio Ministério da Educação, que envia diretamente o material para a escola.

As informações do portal do MEC levam a crer que a distribuição de acervos⁸ é realizada de acordo com o número de alunos que a escola possui. Em 2010, a distribuição seguiu os seguintes critérios: “escolas com 1 a 30 alunos

⁷ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1079&id=15596&option=com_content&view=article>

Acesso em: 10 out. 2013.

⁸ Coleção de livros selecionados pela equipe do MEC, configurados acervo1, acervo 2, acervo 3, por exemplo. Os quais são enviados às escolas de acordo com o número de alunos.

receberam um acervo, escolas com 31 a 100 alunos, dois acervos e escolas com mais de 100 alunos, quatro acervos⁹”.

Existe ainda, em algumas escolas, um kit do Instituto Arte na Escola contendo vários DVD's com conteúdos de Arte, acompanhados de encarte com explicações e sugestões para utilização de seu conteúdo em sala de aula.

Este material foi fruto de um convênio entre o MEC e o Instituto Arte na Escola, com parcerias do SESC TV e o Instituto Cultural. As caixas com os kits produzidos foram enviados a Escolas públicas de Educação básica de todo o País, através do Ministério da Educação.

Sendo assim, possivelmente as bibliotecas das escolas possuem livros, periódicos, dentre outros suportes, que podem auxiliar, bastante, os arte-educadores em sua árdua missão de ensinar Arte.

Outra discussão que normalmente acontecia com gestores e professores, durante as visitas, era a respeito das possibilidades de aquisição de materiais de consumo e recursos que pudessem incrementar as aulas de Artes Visuais.

Contudo, é preciso também, buscar formas de criar o próprio material didático, que conforme percebido durante o curso de especialização, pode ser ainda mais rico. O material pronto pode facilitar o trabalho do professor, mas, em contrapartida, pode também limitar sua criatividade. Ao criar o material, a interiorização do conteúdo a ser explorado em aula vai ocorrendo automaticamente e a prática em sala de aula se torna muito mais espontânea e natural.

Que a distribuição de materiais didáticos para Arte é precária, isso é sabido. Mas o professor precisa despertar a consciência de refletir sobre a prática de ensino todos os dias e as reais possibilidades de aproveitamento do que se tem disponível, até seu esgotamento.

2.3 - O ator que está em cena

⁹ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15596&Itemid=1079>

Acesso em: 10 out. 2013.

A formação do professor é um ponto determinante para a qualidade do ensino ofertado, seja qual for o conteúdo. No caso da Arte, como é sabido pela própria SRE, grande parte não possui formação em nenhuma das linguagens artísticas, mas recebem autorização para lecionar a título precário em escola estadual de educação básica quando não há professor habilitado.

Os dados investigados apontam que, dos 45 professores de Arte da jurisdição, apenas quatro possuem formação em Artes Visuais, dois em Artes Cênicas, um com licenciatura plena em Educação Artística e os demais são profissionais de outras áreas com autorização para lecionar a título precário.

Verifica-se ainda que, 85% deste professorado buscam desenvolver as atividades de forma contemplar as quatro linguagens propostas pelo CBC, transparecendo a polivalência inculcida no ensino da Arte.

No entanto, é importante que, como esclarece os PCN's, "*os professores que se dispuserem a ensinar Arte tenha o mínimo de experiências prático-teóricas interpretando, criando e apreciando arte, assim como exercitem a reflexão pedagógica específica para o ensino das linguagens artísticas*" (BRASIL, 1998, p.30).

Antes de entrar na sala de aula, o arte-educador precisa ter ciência da função da arte no ambiente educacional, ter argumentos a favor da Arte enquanto área de conhecimento, além de dominar o conteúdo trabalhado. O material didático adequado é importante ao desenvolvimento das aulas, mas antes disso é preciso que o professor domine a linguagem e o material utilizado, que saiba como manipular/explorar os recursos disponíveis.

Contudo, como reza o artigo 13 da LDB (1996), o ofício de professor vai além destes conhecimentos, é necessário um forte engajamento do professor em prol do aluno, garantindo-lhe o desenvolvimento das habilidades, necessárias à sua formação cidadã. O professor é agente fundamental nesse processo, sendo referência para seu alunado.

Desta forma a dialógica do processo ensino/aprendizagem ressalta-se, de forma que o professor precisa buscar meios para ampliar seus conhecimentos constantemente. O processo de ensinar exige busca constante de novos conhecimentos e/ou olhares diferentes sobre o conhecido.

Neste sentido, a pesquisa volta-se para a questão do professorado e da qualidade de ensino, de forma mais censitária, envolvendo todas as escolas

estaduais de Conselheiro Lafaiete, através da elaboração e envio de um formulário (anexo B) com questionamentos para aquisição de dados quantitativos e qualitativos a respeito do desenvolvimento das aulas de arte. Este formulário fora enviado a todas as unidades escolares estaduais de Conselheiro Lafaiete, que possuem turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Essa ação, somada à pesquisa dentro das escolas, pretende culminar em um diagnóstico panorâmico do ensino da Arte na região em questão, tendo como foco avaliar os materiais didáticos disponibilizados e o efetivo aproveitamento dos mesmos, estabelecendo um paralelo com a formação do professor.

A partir daí, pretende-se, além de gerar uma reflexão por parte dos integrantes da escola, despertar o interesse do professor pelo material disponível no estabelecimento, instigar novos olhares sobre a questão do material didático no Ensino da Arte e propor novos caminhos para que a falta do livro didático não seja uma reclamação tão frequente entre os professores de arte.

De fato, assim como reclamado pelos professores, em nenhuma das escolas foi encontrado livro didático para as aulas de Arte, mas em contrapartida, encontram-se materiais diversificados que podem ser explorados tão quanto o livro, permitindo um ensino/aprendizado significativo para os educandos. A praticidade do livro didático facilita o trabalho de planejamento do professor e discussão teórica em sala, mas não é fator determinante da qualidade do ensino.

O resultado desta pesquisa será analisado à luz das teorias de importantes pesquisadores conforme referencial teórico. Tão logo, buscamos propor ações para enriquecimento da prática na sala de aula.

3. UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Ao contatar os professores de Arte, verificamos que suas maiores insatisfações em relação ao Ensino da Arte se ancoram na inexistência do livro didático e na restringida carga horária para o conteúdo, não apenas, mas esses denotam dois pontos fortes de reivindicações.

Em relação à carga horária, pode-se dizer que de fato é insignificante, mas a questão do material didático merece ser mais discutida e analisada, principalmente pelo professor em atuação.

Quanto à carga horária é esperado um mínimo, mas que seja suficiente para atender as necessidades de um trabalho que se move pela cognição, percepção, sensação e emoção, de acordo com a individualidade do ser e do contexto cultural.

Neste ínterim, Fusari e Ferraz (2001, p.156), mencionam que

a especificidade do processo de ensinar e aprender Arte – em suas múltiplas linguagens – exige condições diferenciadas de espaço tempo na organização do trabalho pedagógico da escola. Em se tratando de atividades direcionadas ao processo criador e imaginativo por excelência, é importante que o espaço em que se processem essas tais atividades seja estimulante, instigante e motivador.

Normalmente, as aulas de Arte, das escolas em questão, são desenvolvidas na sala de aula comum. Enquanto isso, um espaço específico e um período maior para o desenvolvimento destas aulas representam um sonho para os arte educadores.

Verifica-se que o Ensino da Arte está presente, nos quatro anos finais do Ensino Fundamental, em apenas 30% das escolas pesquisadas. 20% com a disciplina em dois anos e 50% possui aula de arte em apenas uma série. Uma lástima, tendo em vista os benefícios deste ensino.

Em relação às práticas educacionais em Arte encontradas na regional de Conselheiro Lafaiete, são as mais variadas possíveis: Há professores de diversos tipos com práticas surpreendentes, inovadoras ou retrógradas, arcaicas, conforme melhor discutido no item 3.2.

Ainda que, todos os professores tenham declarado conhecimento dos PCN's e CBC, percebe-se a existência de algumas práticas ancoradas em decorações para datas festivas da escola e folhas impressas/xerografadas para colorir. Uma concepção retrógada de ensino de Arte, semelhando à visão da década de 1970, conforme previa LDB de 1971.

Tendo em vista a diversidade supracitada, pode-se dizer que é impossível traçar um perfil que represente os docentes de Arte. São vários perfis com vários tipos de práticas pedagógicas. Cada professor tem um jeito único de desenvolver seu trabalho e este tem relação íntima com os conhecimentos

didáticos/pedagógico e do conteúdo, adquiridos no decorrer do processo de formação e de desenvolvimento do trabalho.

3.1 – Análise do Material didático

Antes de tudo, o termo material didático aqui referido, é usado denotando o instrumento que serve de apoio/recurso à consecução de atividades educativas, em qualquer que seja sua natureza, com a intenção de instigar a construção do conhecimento.

Os dados encontrados nos levam a refletir associadamente a questão da disponibilização do material didático e a articulação deste com a prática pedagógica, visando o êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Em um texto tratando deste assunto, o professor Geraldo Loyola inicia com o seguinte trecho:

O material didático é um componente indispensável no ensino e aprendizagem em Artes Visuais. Ensinar Artes Visuais, porém, não é uma atividade simples, não acontece de forma linear e os resultados nunca são coincidentes. Portanto, os recursos didáticos nem sempre funcionam como uma receita passo a passo e nem sempre o livro impresso é o material mais indicado para que determinadas atividades sejam desenvolvidas (LOYOLA, 2011).

É fato que os materiais diversificados facilitam e ampliam as possibilidades de exploração das linguagens artísticas, assim como de suas linhagens, no entanto, a possibilidade de desenvolvimento do trabalho à questão do material disponibilizado pode também limitar a criatividade, tanto do professor enquanto propositor, quanto do aluno, o apreciador/criador.

Além disso, é importante que o professor busque de fato, conhecer o material disponível na escola, assim como as possibilidades de aquisição de bens consumíveis como tintas, pincéis, papéis, ou outros, de acordo com o planejamento das atividades.

De acordo com Loyola (2011), o MEC ao fazer a distribuição dos Livros Didáticos aos alunos da rede pública, “*não inclui material didático para o ensino de Artes Visuais. Também não indica materiais de apoio para o professor nem*

possui uma política que financia a elaboração desses materiais, por parte dos professores”.

Apesar de não haver um investimento em material didático, das 10 escolas da SRE de Conselheiro Lafaiete investigadas, todas possuem um material didático que fora enviado pelo MEC, além dos livros de referência para o professor de todos os conteúdos e que servem de apoio para o enriquecimento da prática em sala de aula.

Outro ponto considerável. Conforme conversa informal com analista de Inspeção escolar da SRE, o diretor escolar tem, dentre suas funções, a de canalizar e direcionar os recursos disponibilizados, conforme a necessidade, planejamento anual e Projeto Político Pedagógico da escola.

Não importa a procedência do material, o importante é que ele exista e que seja utilizado a favor da leitura, da contextualização e apreciação da Arte, como prega a arte educadora Ana Mae Barbosa, que é referência nacional.

O diretor de uma das escolas afirma que:

Eu gerencio a verba da escola de forma beneficiar a escola como um todo, não privilegiando nenhum conteúdo. Pedimos sempre aos professores que façam os planejamentos e, com base nestes, a solicitação dos materiais necessários. Tudo em tempo hábil, para que todos possam ser atendidos. Compro sempre os materiais que a professora de Arte solicita. Mas eu preciso saber o que cada professor demanda para poder direcionar a verba com aquilo que for possível sem deixar nenhum conteúdo em desvantagem¹⁰.

A professora da escola em questão confirmou os dizeres do diretor: “sempre tive a disposição uma gama de materiais e recursos, conforme requerido no início do ano”.

Sendo assim, é importante que o arte-educador tenha um diálogo aberto com o gestor, a fim de mostrar-lhe a importância do material requisitado no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Dos dez diretores entrevistados, todos garantem que, grande parte dos materiais e recursos solicitados pelos professores são disponibilizados e que, no entanto, muitas vezes o professor sequer sabe o que solicitar. O que recai na

¹⁰ Os nomes das escolas, assim como dos professores e demais funcionários foram omitidos a título de preservação dos mesmos.

questão da formação profissional do docente, que será mais discutida posteriormente.

Não basta que a escola esteja suprida com materiais diversos, é preciso que haja professor preparado para utilizar os materiais de forma pedagógica, com intenções educacionais, que possa ampliar a disseminação de conhecimento e o interesse dos alunos pelo conteúdo trabalhado.

Como averiguamos também os materiais/recursos já disponíveis na escola, constatamos dois tipos de materiais que podem ser considerados de relevância para o ensino de arte: o acervo do PNBE (anexo C) com livros de referência para os professores e o kit do Instituto Arte na Escola.

O primeiro citado apresenta livros direcionados a professores de todos os componentes curriculares. No caso da disciplina Arte, há títulos diversificados para diversas linguagens como a dança, o teatro, a música e as artes visuais. O conteúdo tratado vai de História da arte até planos de aulas praticamente prontos. Sendo assim, o professor, tendo formação ou não na área, poderá enriquecer sua prática da sala de aula e ampliar seus conhecimentos com o suporte do conteúdo destes livros.

Figura 4 – Livros de referência para os arte-educadores (anexo C)



Fonte: Autoria própria

Em uma determinada escola, a bibliotecária elaborou uma lista com a relação de títulos alusivos a cada componente curricular e repassou aos professores dos referidos conteúdos. No entanto, de acordo com a mesma, a frequência dos professores a este espaço é muito pequena, poucos são os professores que se interessam por estes volumes.

Não são livros didáticos, mas são obras que podem fornecer subsídios para a criação de material didático, além de ser uma fonte para complementação de seus conhecimentos e aprimoramento da prática cotidiana da sala de aula.

O arte-educador precisa estar em constante processo de formação, como bem coloca a prof. Dra. Lúcia Gouvêa Pimentel, ser um “*pesquisador de plantão*”, de forma a conseguir uma bagagem que possibilite auxiliar o aluno a conquistar uma aprendizagem significativa e consistente. A demanda da formação do professor de arte é um dos pontos cruciais no desenvolvimento da arte educação no país, não só em nossa regional ou estado.

Ainda que apresente avanços, o número de professores habilitados ainda é irrisório, pelo menos na Regional de Conselheiro Lafaiete, onde dos 45 docentes, apenas 04 possuem graduação em Artes Visuais.

Destaca-se, pois, que se esse processo de formação contínua é necessário aos professores com formação específica em Arte, aos que não a possuem se torna ainda mais urgente. Logo, para o profissional envolvido com o ensino de Arte é fulcral o envolvimento com a Arte em si e com as questões de seu ensino.

Quanto aos DVD's, é um rico material que pode ser utilizado com fins didáticos. Cada disco vem acompanhado de um encarte com orientações e sugestões para a utilização do vídeo em questão na sala de aula.

No entanto, fora percebido que a maioria dos professores de Arte, assim como demais profissionais da escola, sequer tinham se atentado para existência destes materiais na escola, assim sendo, não eram aproveitados.

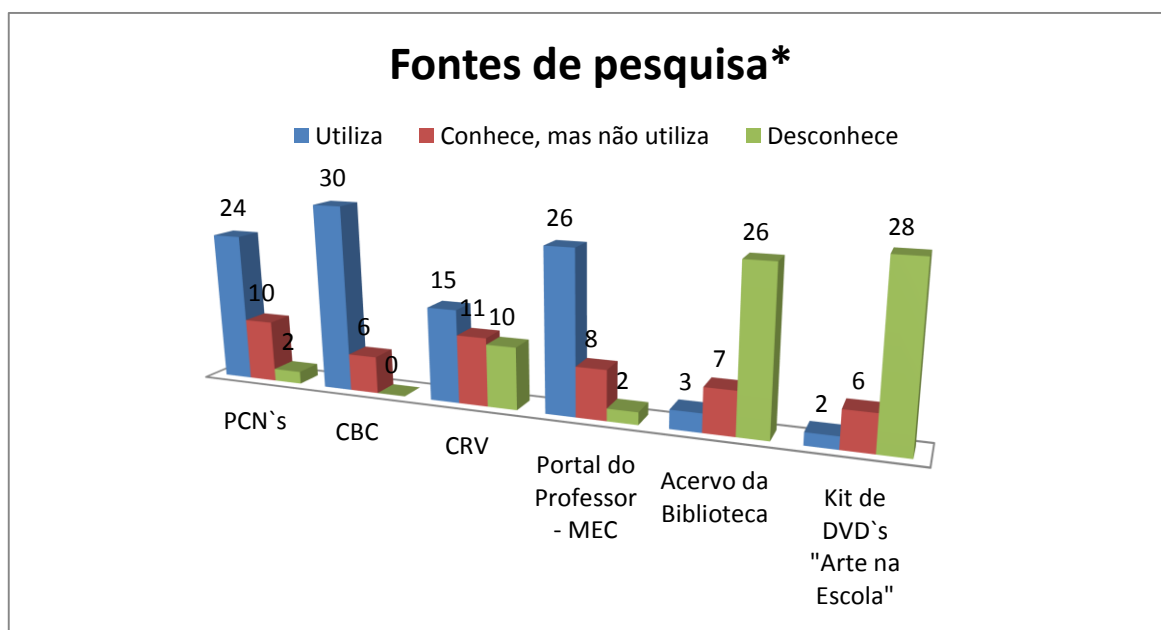


Foram identificados 30 DVD's produzidos pelo Instituto Arte na Escola, dentre outros da TV Escola. Ao todo, fora detectado aproximadamente 90% deste material lacrado, ainda na embalagem original, ou seja, nunca foram explorados em sala de aula. Como demonstra o gráfico acima, das 10 escolas investigadas, 05 estavam com o material integralmente lacrado, 03 com apenas alguns fora da embalagem e 02 com ele exposto nas prateleiras da biblioteca. No entanto, em 80% dos casos, a equipe pedagógica da escola assume a não utilização do material.

Grande parte dos professores que trabalham na biblioteca, assim como dos professores de Arte, demonstrou desconhecimento do material apresentado.

O qual, na maioria dos casos, fica arquivado em armários pouco utilizados e menos convidativos, às vezes até trancados com cadeado em espaços não frequentados pelos professores.

Com tudo, normalmente os professores tem computadores disponíveis, com acesso à internet, possibilitando enriquecimento de suas pesquisas.



As respostas do questionário para o professor de arte comprovam que a principal causa da falta de uso destes materiais se deve ao desconhecimento da existência do mesmo e a falta de interesse por investigar o que a própria escola tem disponível. Aproximadamente, 75% dos docentes alegaram não ter ciência do material encontrado na biblioteca, tanto do kit Arte na Escola quanto dos livros de referência.

O material didático arquivado não tem serventia nenhuma ao professor, muito menos ao aluno. Seu valor só existe quando o educador assume a postura de propositos e desenvolve atividades com os alunos tendo como suporte esse instrumento facilitador, estabelecendo uma relação direta entre o tema trabalhado e o aluno.

3.2 – Algumas práticas educacionais

Diante da impossibilidade de definição do perfil do professor de Arte, faz-se pertinente algumas observações e relatos que demonstram a variedade de práticas pedagógicas no ensino da Arte, nas escolas estaduais da regional em questão.

Na escola “A” o(a) professor(a) de Arte, com formação em Educação Física, apresentou os trabalhos desenvolvidos com os alunos do 6º e 7º anos. Em 2012, partindo do estudo e análise das obras do artista Ivan Cruz, os alunos pintaram o muro interno da escola com base nas brincadeiras infantis, que foi um dos principais temas do artista em questão (Fig. 05).

Figura 5 - Processo de criação na escola “A”



Fonte: Arquivo pessoal da professora da escola “A”.

De acordo com o(a) professor(a), ele(a) iniciou esse trabalho com uma pesquisa na internet sobre a vida e obras do autor escolhido. Logo, elaborou uma sequência de slides que fora projetado através do Datashow, o que facilitou a contextualização com os alunos e principalmente a apreciação das obras, que para muitos eram desconhecidas.

Como o(a) professora(a) previamente havia solicitado as tintas e os pincéis, estes já estavam disponíveis. Daí o(a) professor(a) orientou aos alunos que esboçassem no papel as obras que iriam fazer parte da pintura do muro, logo

as obras saíram do papel e foram para o espaço planejado, assim como ilustrado pela figura 06.

Figura 6 - Resultado do trabalho



Fonte: Arquivo pessoal da professora da escola "A"

Conforme relatos da mesma, a participação dos alunos foi intensa, se envolveram com satisfação e entusiasmo. Sendo assim, esse ano, a professora está desenvolvendo trabalho semelhante, inspirado nas obras do artista Romero Brito e seguindo a mesma metodologia.

Na escola "B" o(a) professor(a), formada em Língua Portuguesa, mostra um monte de folhas com desenhos para colorir, aparentemente sem nenhum contexto, explicando que cada aluno iria explorar sua criatividade colorindo com lápis de cor, grafite ou caneta.

A perfeita demonstração de uma prática arcaica e sem objetivos estético-artísticos, que nada contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem artística do aluno. No entanto, é a prática mais encontrada entre os professores de arte da Regional de Conselheiro Lafaiete.

Na escola "C" o(a) professor(a), formado em Artes Plásticas, desenvolveu um trabalho sobre composição, formas e linhas, explorando os pigmentos

naturais. Segundo seus relatos, o trabalho foi iniciado apresentando aos alunos as formas e os tipos de linhas, logo, expondo algumas obras que pudessem exemplificar o assunto tratado de forma bem clara e objetiva.

Para finalizar, propôs a criação de composições partindo das formas simples como triângulo, quadrado, círculo, trapézio e retângulo, que deveriam ser pintados com as tintas provenientes dos pigmentos naturais.

Figura 7 – Criação dos alunos da escola “C”



Fonte: autoria própria

Figura 8 – Criação dos alunos da escola “C”



Fonte: Autora própria

Nesta fase do trabalho, os alunos também tiveram a oportunidade de explorar a mistura de cores e texturas, além da preparação dos pigmentos naturais para pintura.

Para esta etapa, foi solicitado aos alunos que trouxessem para a aula pigmentos como, por exemplo, carvão, urucum, açafrão, café, terra colorida, dentre outros. Os demais materiais foram fornecidos pela escola. De acordo com relatos do(a) professor(a), os alunos ficaram admirados com as descobertas

sobre as cores, principalmente com o fato de o carvão possuir pigmentos azulados.

Paralelamente, foi realizada uma contextualização histórica da pintura, começando pela arte rupestre e os desdobramentos até a industrialização das tintas. Este trabalho culminou na exposição dos trabalhos criados no mural da escola.

O(a) professor(a) da escola “D” prefere desenvolver trabalhos artesanais, lembrancinhas para datas festivas ou enfeites com EVA, papéis coloridos de diversos tipos, miçangas, lãs, dentre outros. De acordo com a mesma, todo o material é disponibilizado pela escola.

Pelos exemplos citados é possível perceber que as práticas são diversificadas, cada professor com sua singularidade, exercita o ensino da Arte da forma que acredita estar fazendo o melhor.

Considerações Finais

Através da pesquisa desenvolvida com professores de Arte da Superintendência Regional de Ensino de Conselheiro Lafaiete, assim como da leitura de material de referência teórica concluímos alguns pontos discutidos no decorrer no trabalho.

Que as lutas dos arte-educadores da história alcançaram grandes transformações no ensino em todas as regiões do Brasil, isso é fato. No entanto, pode-se concluir que, na prática, a luta precisa persistir, para que o arte educador conquiste seu espaço e a Arte seja valorizada no espaço escolar como componente curricular, assim como os demais.

Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais tenha dado à Arte importância similar aos outros conteúdos, reconhecendo seu valor enquanto componente curricular, ainda há a necessidade de esclarecimentos e até mesmo campanhas em favor do Ensino de Arte nas escolas.

Os resultados da pesquisa demonstram que cerca de 75% das escolas da regional apresentam aulas de Arte em apenas um dos anos, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e apenas um professor contratado para o desenvolvimento das linguagens. Essa, inclusive, foi uma das principais dificuldades apresentadas pelos professores.

Ainda que o CBC lembre que é preferível que o aluno tenha um ensino consistente em duas ou três áreas de expressão que um ensino deficitário em todas, percebe-se que cerca de 50% dos professores investem na polivalência e tentam desenvolver todas as linguagens.

Desta forma, pode-se dizer que, a proposta de exploração dos quatro eixos artísticos do CBC é inaplicável dentro do atual contexto das escolas estaduais da Regional de Conselheiro Lafaiete.

No ensino de Arte, pode-se dizer que não há um único fator que possa ser considerado decisivo para a qualidade do ensino, mas há vários elementos que influenciam/determinam o nível do processo de ensino e aprendizagem ofertado em uma escola.

A questão da formação do professor na área trabalhada, por exemplo, é de extrema importância para que o mesmo, tendo domínio do conteúdo, consiga

instigar a curiosidade e interesse dos alunos pela apreciação e estudo de obras, além da experimentação de materiais e técnicas.

No entanto, foram encontrados professores sem a habilitação em Artes Visuais, mas com habilidades suficientes para instigar os alunos a se interessarem por arte e analisarem obras de artistas renomados de diferentes estilos e períodos da História da Arte.

No mesmo sentido, encontramos o contrário, professores habilitados que apresentam dificuldade no entendimento da proposta de ensino da Arte.

Em relação ao material didático, percebemos que é uma reclamação infundamentada, os achados nas bibliotecas, complementados pelo fato de estarem lacrados, demonstram que existe mais falta de interesse do professor que de material didático.

Com tudo, era de se esperar que nem todos os professores de Arte se dispusessem a preencher o questionário enviado. A maior dificuldade para a realização deste trabalho foi exatamente conseguir um número significativo de questionários preenchidos. De um estimado de 45 professores, o retorno veio de 36 docentes.

Considerando os objetivos propostos e alcançados, ousou dizer que o mais importante foram as discussões levantadas juntos aos professores sobre as propostas atuais para o ensino da Arte, os materiais existentes na escola e possibilidades de aproveitamento dos mesmos, assim como algumas possibilidades de criação, além de despertar a reflexão sobre sua prática cotidiana e de necessidade de formação contínua, assim como os caminhos para tal.

Sendo assim concluiu que o trabalho de campo foi fundamental, não somente para a conclusão deste trabalho, mas para mudanças de perspectivas e novos olhares ao ensino da Arte, tanto por parte do professor quanto da equipe adjacente. Vale lembrar que foi estimado um número de 10 escolas para o desenvolvimento da pesquisa de campo, o qual pôde ser concretizado.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino de Arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____ . *Arte-Educação Contemporânea ou Culturalista*. In: Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil, n. 15, 2004, Rio de Janeiro. **Trajетória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: Anais do XV Confaeb**. Rio de Janeiro: FUNARTE: Brasília: FAEB, 2005, 346p.
- _____ . **Arte-Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a10.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2013.
- _____ . (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____ . **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm> Acesso em: 15 set. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 116p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/artes.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola. Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18839&Itemid=811> Acesso em: 01 out. 2013.
- FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria F. de Rezende. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1999.
- Instituto Arte na Escola – Disponível em: <<http://artenaescola.org.br/institucional/>> Acesso em: 29 set. 2013.

- LOYOLA, Geraldo. Abordagens sobre o material didático no ensino de Artes Visuais. Texto da disciplina Laboratório de Ensino de Artes Visuais, do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais, Escola de Belas Artes (EBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <<https://ufmgvirtual.grude.ufmg.br/mod/resource/view.php?id=316250>>. Acesso em: 28 set. 2013.
- PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. **Arte-educação: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_1.pdf> Acesso em: 24 mai. 2013.
- _____ . **Limites em expansão: Licenciatura em Artes Visuais**. Belo Horizonte, C/ARTE, 1999.
- _____ . (coord.). **Som, gesto, forma e cor: dimensões da arte e seu ensino**. Belo Horizonte, C/ARTE, 1995.
- Portal do FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-apresentacao>> acesso em: 01 out. 2013.
- **Proposta Curricular – CBC – Artes**. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index2.aspx?id_objeto=23967> Acesso em: 26 mai. 2013.
- Rede São Paulo de Formação Docente – Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40427/3/2ed_art_m1d2.pdf> acesso em: 20 set. 2013.
- ROMANO, Raquel. **Alfabetização Cultural**. Belo Horizonte: Aquarela comunicação, cultura e educação, 2012.

ANEXO A – Relação de Escolas Estaduais vinculadas à SRE de Conselheiro Lafaiete

- E.E. “Coronel Celso Resende” - Praça Marciano Vieira, 104, Centro, Caranaíba;
- E.E. “Gustavo Augusto da Silva” – Rua 29 de Julho, 237, Centro, Catas Altas da Noruega;
- E.E. “Barão de Paraopeba” – Rua Osório Vargas, S/Nº - Bairro Vila Andreza, Congonhas;
- E.E. “Feliciano Mendes” – Rua João Paulo Arges, 20, Bairro, Congonhas;
- E.E. “Lamartine de Freitas” – Rua Raimundo Barbosa, s/nº - Bairro Praia, Congonhas;
- E.E. “Augusto José Vieira” – Rua Teófilo Reyn, 920 – Bairro Expedicionários, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Domingos Bebiano” – Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, 248 – Centro, Conselheiro Lafaiete;
- *E.E. “Dr. Antero Chaves” ¹¹ – Rua Santa Mônica, 683, Bairro Amaro Ribeiro, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Dr. Antônio Nogueira de Rezende” – Rua José C. Neves, 150 – Buarque de Macêdo, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “General Sylvio Raulino de Oliveira” – Rua Cassimiro A. Silva, 383 / Bairro Cachoeira, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Geraldo Bittencourt” – Rua Nossa Senhora da Paz, 460 – Bairro Sagrado Coração de Jesus, Conselheiro Lafaiete;
- *E.E. “Isaura Ferreira” – Travessa Rogério Rettore, 03 – Bairro Santa Cruz, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Lopes Franco” – Rua Santa Terezinha, 106 – Bairro Carijós, Conselheiro Lafaiete;

¹¹ O asterisco na frente do nome da escola indica que a mesma está entre as selecionadas para o trabalho, dentro da instituição.

- E.E. “Luiz de Mello Vianna Sobrinho” – Av. Santa Matilde, 885 – Bairro Santa Matilde, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Moacir de Souza Dias” – Rua Antônio Matias, 20 – Bairro Lima Dias, Conselheiro Lafaiete;
- *E.E. “Monsenhor Antônio José Ferreira” – Rua João Mart. Pereira, 80 – Paulo VI, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Monsenhor Horta” – Rua Pernambuco, 502 – Bairro Jardim América, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Narciso de Queirós” – Rua Barão do Suassuí, 231, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Pacífico Vieira” – Rua Honorina Baeta, 40 – Bairro São Sebastião, Conselheiro Lafaiete;
- *E.E. “Prof. Astor Vianna” – Rua Joemy Faria, 214, Bairro Progresso, Conselheiro Lafaiete;
- *E.E. “Profª Maria Augusta Noronha” – Travessa Olavo Albuquerque Brandão, 50 – Bairro Santo Antônio, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Queiróz Júnior” – Rua Santa Matilde, 18, Gagé, Conselheiro Lafaiete;
- E.E. “Coronel Alcides Dutra” – Rua Manoel Messias de Souza Lima, 101, Centro, Cristiano Otoni;
- E.E. “Carmela Dutra” – Rua Realino Andrade, 100 - Pereirinhas, Desterro de Entre Rios;
- E.E. “Evaristo Augusto de Oliveira” – Praça Geraldo Rezende Oliveira, 30 – São Sebastião do Gil, Desterro de Entre Rios;
- E.E. “Nossa Senhora de Fátima” – Praça Aarão Lima, 10 – Centro, Desterro de Entre Rios;
- E.E. “Dom Rodolfo” – Rua Francisco Marzano, 87 – B. Santa Efigênia, Entre Rios de Minas;
- E.E. “Expedicionário Geraldo Baêta” – Av. Sócrates Machado, 728, Entre Rios de Minas;
- E.E. “Pedro Domingues” – Rua Luiz Faria, 60, Entre Rios de Minas;
- E.E. “Ribeiro de Oliveira” – Praça Getúlio Vargas, 19, Entre Rios de Minas;
- E.E. “Conselheiro Antão” – Rua Francisco Coleta, 250, Itaverava;

- E.E. “Professora Noemi Nogueira” – Rua São José, 90 – Monsenhor Izidro, Itaverava;
- E.E. “Santos Reis” – Rua João Marciano da Rocha, S/Nº, Jeceaba;
- E.E. “Napoleão Reis” – Rua Souza Rego, 15, Lamim;
- *E.E. “Antônio Sérvulo Torres” – Rua José Gerspacher, S/Nº, Bairro Pioneiros, Ouro Branco;
- *E.E. “Cônego Luiz Vieira da Silva” – Rua Geraldina Domingos, S/Nº, Centro, Ouro Branco;
- E.E. “Levindo Costa Carvalho” – Rua Amarantina, S/Nº, Bairro Primeiro de Maio, Ouro Branco;
- E.E. “Antônio de Paula Dias” – Rua José Luiz, 174 – Santo Antônio de Pirapetinga, Piranga;
- E.E. “Coronel Amantino Maciel” – Rua José Inácio Peixoto, 25, Piranga;
- E.E. “Coronel José Ildfonso” – Rua Honório Garcez, 320, Piranga;
- E.E. “Francisco Sales Ferreira” – Praça Francisco Sales, 268, Piranga;
- E.E. “Santo Amaro” – Rua Profº Eloy Lacerda, 167, Queluzito;
- E.E. “Mons. Francisco Miguel Fernandes” – Praça do Rosário, 107, Rio Espera;
- *E.E. “Dr. João Nogueira de Almeida” – Praça Aristides de Araújo Teixeira, S/Nº- Centro, Santana dos Montes;
- E.E. “Quinzinho Inácio” – Praça José Justiniano, 171, Senhora de Oliveira.

ANEXO B – Questionário: O Ensino de Arte na Escola Estadual

Este formulário visa estabelecer um panorama do Ensino de Arte nas escolas vinculadas à SRE de Conselheiro Lafaiete. Lembrando que, este formulário não tem como finalidade avaliar o professor ou seu trabalho, mas simplesmente estabelecer um diagnóstico da atual situação.

(*Obrigatório)

- Nome

- Formação *

- Escola em que trabalha

- A disciplina Arte está presente no currículo de quais séries/anos do Ensino Fundamental de sua escola? *

- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano

- Linguagens artísticas desenvolvidas em sala de aula *

- Artes Visuais
- Dança
- Teatro
- Música

- Como você avalia seu conhecimento sobre as linguagens *

	Insuficiente	Bom	Suficiente	Muito bom
Artes Visuais				
Dança				
Teatro				
Música				

- Onde você busca orientações/sugestões para a elaboração das atividades? * Obs. Caso não conheçam alguma dessas fontes, favor marcar no espaço indicado.

- PCN's () Desconheço

- [] CBC () Desconheço
 [] CRV () Desconheço
 [] Portal do Professor - MEC () Desconheço
 [] Acervo de referência didática para o professor (disponível na biblioteca) ()
 Desconheço
 [] Documentários DVDteca Arte na escola () Desconheço
 [] Outros:
-

- Como você avalia a disponibilização de recursos e materiais didáticos para o desenvolvimento das aulas de Arte, em sua escola? *

	1	2	3	4	5	
<i>Insuficiente</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<i>Muito bom</i>

- Considerando os recursos disponíveis, o que você tem feito para aprimorar o ensino/aprendizado em Arte em sua escola?

- O que tem observado em relação às respostas dos alunos perante as atividades desenvolvidas? *

- Sugestões de como o Estado poderia contribuir para o aprimoramento da prática dos professores de arte.

- Deixe aqui seus anseios em relação ao ensino de Arte nas escolas.

ANEXO C – Livros de referência para o professor¹²

- **Desenho da Criança** – Maureen Cox (PNBE especial)
- **Ensino da Música - propostas para pensar e agir em sala de aula** – Liane Hentschket | Luciana Del Bem (organizadoras)
- **Um Caminho do Teatro na Escola** – Olga Reverbel
- **O Uso dos Jogos Teatrais na Educação** – Libéria Rodrigues Neves | Ana Lydia B. Santiago (PNBE 2010)
- **Metodologia do Ensino de Arte** – Maria Heloísa C. de T. Ferraz | Maria F. de Rezende e Fuzari
- **Jogos Teatrais na Escola – Atividades globais de expressão** – Olga Garcia Reverbel (PNBE 2010)
- **Introdução à Filosofia da Arte** – Benedito Nunes (PNBE 2008)
- **Ensinando Música Musicalmente** – Keith Swanwick (PNBE 2010)
- **Teoria e Prática do Ensino de Arte** – Mírian Celeste Martins | Gisa Picosque | M. Teresinha Telles Guerra (PNBE 2010)
- **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a educação** – Tizuko Morchida Kishimoto (Organizadora)
- **Movie Takes: a magia do cinema na sala de aula** – Grace Cristiane Thiel | Janice Cristiane Thiel (PNBE 2010)

¹² Alguns dos livros de referência para o professor, encontrados nas escolas da SRE de Conselheiro Lafaiete, durante trabalho de pesquisa.

- **Descobrimo a História da Arte** – Graça Proença (PNBE 2008)
- **A Arte de Brincar** – Adriana Friedmann
- **O Brinquedo – sucata e a criança** – Marina Marcondes Machado
- **Dançando na escola** – Isabel A. Marques (PNBE 2008)
- **Panorama do Teatro Brasileiro** – Sábato Magaldi (PNBE 2003)
- **Educação como prática Corporal** - João Batista Freire | Alcides José Scaglia (PNBE 2010)
- **Arte e Educação: há um lugar para a Arte no Ensino Médio?** – Consuelo Schlichta (PNBE 2010)
- **Arte na Educação Escolar** – Maria F. de Rezende e Fusari | Maria Heloísa C. de Ferraz (PNBE 2008)
- **Educação Sonora** – R. Murray Schafer (PNBE 2010)
- **O Ensino da Música na escola Fundamental** – Alícia Maria Almeida Loureiro (PNBE 2010)
- **Explicando a Filosofia com Arte** – Chales Feitosa (PNBE 2010)
- **O Brincar e a Realidade** – D. W. Winnicott
- **Trabalhando com Jogos Cooperativos** – Marcos Miranda Correia (PNBE 2010)

- **História e Cinema: Educação para as mídias** – Renato Mocellin (PNBE 2010)
- **A Aventura do Teatro e Como Fazer Teatrinho de Bonecos** – Maria Clara Machado (PNBE 2010)
- **Imagens Que Falam: Leitura da arte na Escola** – Maria Helena Wagner Rossi (PNBE 2010)
- **Arte na Educação Escolar** – Maria Heloísa C. de T. Ferraz | Maria F. de Rezende e Fusari (PNBE 2010)